

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Faculdade de Psicologia

*A POIÉISIS* NA CLÍNICA: ENSAIOS ÉTICOS,  
ESTÉTICOS E POLÍTICOS

Joana de Arruda Elkis

São Paulo  
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Faculdade de Psicologia

# *A POIÉISIS* NA CLÍNICA: ENSAIOS ÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS

Joana de Arruda Elkis

Trabalho de Conclusão de  
Curso como exigência parcial  
para a graduação no curso de  
Psicologia, sob orientação da  
Prof. Dra. Regina Fabbrini

São Paulo  
2008

Autor: Joana de Arruda Elkis.

Título: A *poiésis* na clínica: ensaios éticos, estéticos e políticos.

Ano: 2008.

Orientação: Prof. Dra. Regina Fabbrini

## RESUMO

Trata-se de um trabalho teórico que pretende abordar a clínica como acontecimento, inserindo neste contexto a noção de *poiésis* enquanto sinônimo de criação. Sendo assim, se faz necessário apontar a diferenciação entre o paradigma da representação, pautado na perspectiva psicanalítica que define o inconsciente sob a égide da falta, e a noção de acontecimento, fundamentada no paradigma ético-estético-político. Para tanto, faz-se uso de conceitos filosóficos dinamizados pela apropriação da Esquizoanálise, em interface com a Psicologia Clínica. Neste sentido, propõe-se a noção de devir - sob a perspectiva de Deleuze e Guattari - como horizonte da criação no território da clínica. Compreendendo, portanto, a clínica como tempo e espaço dotados de potência criativa, justifica-se a noção de *poiésis* neste contexto. Desta maneira, a criação estaria investida nas dimensões da ética, da estética e da política, que sustentariam, então, a perspectiva da clínica como acontecimento. Fala-se, assim, de um processo de produção de subjetividade em constante reinvenção.

Palavras-chave: clínica, *poiésis*, ética, estética, política, devir.

## **SUMÁRIO**

|                                                                |             |
|----------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>APRESENTAÇÃO.....</b>                                       | <b>p. 1</b> |
| 1. A CLÍNICA COMO ACONTECIMENTO.....                           | p. 3        |
| 1.1 A linguagem <i>poiética</i> como exercício de criação..... | p. 3        |
| 1.2 Acontecimento e tempo intempestivo.....                    | p. 4        |
| 2. EIXO ÉTICO.....                                             | p. 10       |
| 2.1 A ética rizomática.....                                    | p. 12       |
| 3. EIXO ESTÉTICO.....                                          | p. 18       |
| 4. EIXO POLÍTICO.....                                          | p. 24       |
| 5. O ACONTECIMENTO COMO CLÍNICA.....                           | p. 30       |
| 5.1 TAZ: um território possível para o devir.....              | p. 32       |
| 5.2 A clínica peripatética.....                                | p. 35       |
| 5.3 O princípio de cartografia.....                            | p. 36       |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                      | p. 40       |
| BIBLIOGRAFIA.....                                              | p. 42       |

## APRESENTAÇÃO

Compreende-se que, para o desenvolvimento do presente trabalho, se faz necessário esclarecer o contexto teórico-prático do qual se parte – e, possivelmente, ao qual se pretende chegar. Tendo por objetivo principal tratar da Poética como dimensão da criatividade no exercício clínico da psicologia, se faz pertinente a apropriação do conceito de *poiésis*, por designar criação de forma particularmente interessante para o desenvolvimento deste tema.

O termo *poiésis* tem origem no latim, é a raiz da palavra “poesia”, da qual deriva “poética”. A escolha do uso deste vocábulo tem por critério a noção de que o termo original aproxima-se mais do sentido que se deseja alcançar na presente exposição. Isto é, a idéia de criação estaria mais claramente expressa pelo termo *poiésis*, por aproximar-se de seu sentido primeiro, não estando desgastado pelo uso cotidiano das palavras derivadas desta raiz. Desta maneira, é fundamental que o leitor leve em conta o critério apontado, remetendo os termos empregados à idéia original aqui apresentada.

Tendo isto posto, propõe-se o levantamento de referências bibliográficas que discutam questões pertinentes à articulação que se pretende alcançar na presente pesquisa. Desta forma, sugere-se alguns diálogos teóricos entre Arte e Poesia para, então, num segundo momento, estender esta reflexão para o território da Clínica. Permeando a articulação entre linguagem poética, criatividade e clínica, faz-se uso do conceito de *acontecimento*, como elucidador da noção de prática clínica a que nos referimos.

Para o desenvolvimento da problemática apontada, apropria-se do paradigma ético-estético-político, por compreender-se que esta referência é capaz que explicitar, acompanhar e mobilizar o horizonte que vislumbra-se com este trabalho. Ou seja, a prática clínica que se propõe apresentar seria expressa sob a luz do paradigma ético-estético-político - neste caso, em diferenciação ao paradigma da representação. É desta maneira que se propõe uma perspectiva crítica da psicologia clínica, a fim de defender a pertinência da problemática da *poiésis* neste campo de discussão.

Para tanto, faz-se uma divisão didática do paradigma eleito entre três eixos: ético (capítulo 2), estético (capítulo 3) e político (capítulo 4) – sem perder de vista a convergência entre os três vetores. Assim, desenvolve-se, em torno

do território clínico, uma discussão acerca destas dimensões constituintes da clínica, visando-se alcançar a potencialidade *poiética*.

Vale destacar, aqui, a noção de que a questão da criação (*poiésis*), foco do presente trabalho, é apreendida enquanto potencialidade do território clínico. Sendo assim, visa-se defender a questão da *poiésis* como expressão de saúde na relação terapêutica, tendo em vista que, muitas vezes, a possibilidade de criação é cerceada pelos moldes impostos por uma perspectiva totalizante. Ou seja, entende-se que a criação, em estado de potência, está presente no território clínico em suas diversas formas. Caberia então ao psicólogo a escolha ética de fomentar ou não esta potencialidade.

Por fim, cabe dizer que este exercício afirmativo de criação não estaria restrito a uma ou outra abordagem clínica e sim difundido, enquanto possibilidade, às mais diversas formas de intervenção da psicologia. Também, não se pode deixar de lado a noção de que os percursos terapêuticos não se resumem, exclusivamente, à processos criativos, que estes não são constantes, estáveis ou sempre fluidos.

A emergência da *poiésis* é um fenômeno, ou melhor, um acontecimento, no processo terapêutico, jamais um sinônimo dele como um todo. A criação acontece, não permanece. Ao lado dela, convivem rígidos nós subjetivos, muros duros de serem rompidos, silêncios profundos, momentos de aridez. É nesta melodia, entre o cheio e o vazio, o barulho e o silêncio, o potente e o minguado, que a clínica se faz. Longe dos absolutismos, perto das intercessões.

## 1. A CLÍNICA COMO ACONTECIMENTO

Pretende-se, neste capítulo, apontar algumas aproximações teóricas entre Poética e Clínica. Para isso, faz-se uso de bibliografias que versam sobre o campo da arte, por considerar-se pertinente a exposição que estes autores apresentam sobre o tema da criação, em articulação com a problemática da linguagem poética. Ao lado disto, está presente, enquanto horizonte teórico, a perspectiva de clínica enquanto campo de atuação da psicologia sob a forma do raciocínio clínico, por assim dizer. Isto é, refere-se, aqui, à clínica sob uma ótica ampla, não restrita às intervenções específicas.

De maneira geral, visa-se alcançar a noção de acontecimento enquanto processo criativo no território da clínica.

### 1.1 A linguagem *poiética* como exercício de criação

Antecedendo o mergulho à teoria esquizoanalítica, eleita como interlocutora principal deste trabalho, podemos partir de um autor, dito, fenomenológico, no que se refere à sua exposição peculiar da filosofia. Martín Heidegger (1994), em seu artigo “Hölderlin y la esencia de la poesía”, inserido no livro *Arte y poesía*<sup>1</sup>, trata da linguagem poética como meio pelo qual o homem se apropria de si e do mundo. O autor traça um panorama da constituição da civilização humana, descrevendo a relação do homem com a natureza, com seu entorno.

Segundo ele, ao apropriar-se da realidade, o homem re-ordena, re-narra, re-nomeia e, finalmente, re-cria a realidade, inaugurando outro tempo-espço. Esta seria, a partir de sua perspectiva, a maneira pela qual o homem se constituiria enquanto sujeito, como fica claro na seguinte frase do autor: “*La poesía es la instauración del ser con la palabra*”<sup>2</sup> (p.137). Heidegger entende que o homem funda-se por meio da palavra, que a humanidade seria instaurada através da linguagem – linguagem, esta, definida como poética.

---

<sup>1</sup> HEIDEGGER, M. Hölderlin y la esencia de la poesía in *Arte y Poesía*. Barcelona: Anthropos, 1994.

<sup>2</sup> Idem.

Neste sentido, o pensamento de Heidegger é pertinente ao tema do presente trabalho por compreender a constituição do sujeito enquanto exercício poético. Esta forma de fazer-se homem é, também, substrato para o processo desenvolvido no campo da Psicologia Clínica.

Podemos, ainda, traçar um paralelo entre esta proposição apresentada e as questões que nos sugere Peter Pál Pelbart (1993) em seu artigo “A Nau do Tempo Rei”<sup>3</sup>, em que ele discute a temporalidade na psicose, através da análise do filme de Win Wenders, *Asas do Desejo*. Seguindo seu raciocínio, o psicótico traria à tona um tempo próprio, ao nos apresentar sua cadência aparentemente incompreensível. Ou seja, esta forma de subjetivação particular poderia inaugurar *criativamente* outro tempo e espaço. Quer dizer, ao trazer outras tonalidades ao ritmo cotidiano, pode-se dizer que a vivência psicótica – da maneira como é apresentada nesta produção artística - traz outros sentidos para a realidade dada. Se compreendida em todas as suas vicissitudes, a vivência da psicose – sem deixar de se levar em conta a determinância do sofrimento psíquico – poderia abarcar uma dimensão criativa, *poiética*, na medida em que recoloca o tempo e o espaço dados *a priori*.

Desta forma, para além do paradigma teórico ao qual Heidegger ou Pelbart se referem, nos é pertinente, aqui, a idéia da linguagem poética remetida à criação – daí justifica-se o uso do termo *poiésis*. Neste caso, cabe dizer que a poesia é dotada de um sentido em si. Quer dizer, para além dos processos anteriores que culminam na criação poética ou dos desdobramentos que tal advento sugere, a poesia denotaria criação no tempo presente.

## 1.2 Acontecimento e tempo intempestivo

Tendo em vista a pertinência da linguagem poética na justificativa da criação no contexto clínico, propõe-se, então, a noção de *acontecimento* na esteira deste mesmo pensamento. Neste sentido, faz-se a aproximação do termo da maneira como é desenvolvido no pensamento da corrente esquizoanalítica representada por Deleuze, Guattari e seus contemporâneos.

---

<sup>3</sup> PELBART, P. P. Um desejo de Asas. In: *A Nau do Tempo Rei. Sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.



No entanto, pode-se ver que, ainda em Heidegger (1994), é apontada a seguinte relação que se pretende sugerir aqui: *“El habla no es un instrumento disponible, sino aquel acontecimiento que dispone la más alta posibilidad de ser hombre”*.<sup>4</sup>

Sob a perspectiva de Deleuze, descrita por John Rajchman (1993), no artigo “Lógica do sentido, ética do acontecimento”<sup>5</sup>, a noção de acontecimento seria proporcional à imagem do pensamento. Ou seja, no âmbito do virtual, o acontecimento corresponderia à dimensão imagética do pensamento. Para compreender tal noção, é preciso abdicar do paradigma da causalidade e apropriar-se da dita Lógica do Sentido, que Deleuze constrói a fim de orientar esta linha de pensamento. Nas palavras de Rajchman (1993): *“se o acontecimento é sempre inatribuível ou imprevisível, não é porque ele não tenha um sentido, mas porque ele pertence a uma outra lógica de sentido. Os acontecimentos são singulares, as singularidades são acontecimentos”*. (p. 192)<sup>6</sup>

Parte-se, então, de uma crítica da filosofia hegeliana do pós-guerra, a partir da qual se fundamentaria o hábito de categorização científica. Neste sentido, a compreensão do pensamento de Hegel é entendida, aqui, como emblema do paradigma científico que se fundamenta na divisão binária entre sujeito e objeto. Diz-se do prisma que compreende homem e mundo numa relação estanque e asséptica, resumidos exclusivamente a observador e objeto de pesquisa; isto é, o enquadre epistemológico segundo uma referência pré-moldada e estática.

No âmbito da linguagem formal, a mesma lógica se reproduziria: a estruturação semântica pautada neste paradigma trataria de enquadrar a manifestação lingüística no esquema científico acima descrito. Desta maneira, a produção subjetiva, análoga à estruturação lingüística, estaria cerceada pelo modelo científico pré-moldado.

Sob esta ótica, a estruturação semântica no nível de sujeito/predicado corresponderia a uma *“abstração da diferença na repetição”*<sup>7</sup>. Quer dizer, a rígida estruturação lingüística, em termos de sujeito/predicado - que é

---

<sup>4</sup> HEIDEGGER, conforme op. citado.

<sup>5</sup> RAJCHMAN, J. Lógica do sentido, ética do acontecimento. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 189-193. Hucitec, julho, 1993.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> RAJCHMAN, conforme op. citado.

compreendida, então, como análoga à estrutura binária de sujeito/objeto - seria repetida e reafirmada no uso tradicional da linguagem. A repetição, neste sentido, trataria de sublinhar este esquema pré-moldado, limitando, assim, a emergência da diferença. Ou seja, o enrijecimento das relações entre sujeito e objeto, baseado nesta lógica formal representada pela filosofia de Hegel, cerceariam a emergência da diferença, através do esquema estanque de repetição. Logo, não haveria lugar para a singularidade.

Deleuze nos diz, então, que *“trata-se de substituir a continuidade e a eternidade pelo tempo do intempestivo na atualidade”*<sup>8</sup>. Quer dizer, ao abstrair-se o foco da referência estática, causal e assumir-se a dimensão virtual, presente, criativa e atual, o fenômeno da diferença se faria visível, dando espaço para a emergência da singularidade. Em outras palavras, para que a *poiésis* possa vir à tona, se faz necessário rever o paradigma do qual se parte, recolocando, assim, as noções referidas à sujeito e objeto, a fim de que o fenômeno da diferença possa ganhar visibilidade.

Sendo assim, Deleuze sugere a revogação do horizonte epistemológico da continuidade e da eternidade, baseados na perspectiva de tempo linear e causal e propõe o olhar sobre o tempo atual, a manifestação intempestiva e cenário virtual. O autor nos diz de um acontecimento que se processa, então, na superfície, na camada de forças que está disposta no tempo presente, na realidade aparente; em oposição à proposição hegeliana, que visaria o eixo vertical, a revelação de verdades alocadas na profundidade do conhecimento científico. Intempestivo, neste sentido, seria aquilo que aflora, emerge, surpreende, inventa. Ou seja, seria constituinte da noção de intempestivo o fenômeno de irrupção, do novo que surge de maneira imprevista, não programada – características próprias do processo de criação.

“Para Nietzsche, são necessários a intempestividade e o esquecimento para o favorecimento da constituição de novas formas de vida. Enquanto a memória é paralisante e em nada criativa, esquecer é condição de intempestividade: sair do atual e da idéia de continuidade histórica é condição de criação.” (p. 31)<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> DELEUZE, ibidem RAJCHMAN.

<sup>9</sup> CALOMENI, T. Solidão e verbo: a palavra intempestiva e o tempo poético. In: *Cadernos Nietzsche*, n. 14, 2003.

Assim, à este tempo do intempestivo, não caberia um olhar moral – como ao tempo da continuidade e da eternidade – senão o olhar da ética, da estética e da política<sup>10</sup>. Desta maneira, a palavra poética e o tempo intempestivo constituem a potência do cenário clínico ao qual nos referimos. Portanto, compreender o exercício clínico como produção de subjetividade que visa deslindar a singularidade significa pensar a relação terapêutica a partir destas dimensões. Sob este prisma, “*pensar a singularidade é dizer que há acontecimento no pensamento*” (p.192).<sup>11</sup>

Penetramos, então, no campo do *devir*, que, em intersecção com a idéia de acontecimento, pode nos ajudar a compreender a potência criativa a que nos referimos. Devir remete à multiplicidade, em recusa à estrita unidade ou totalidade, compreendendo que ambas desembocariam na cegueira do absoluto. Mais uma vez, trata-se de fazer um contraponto ao pensamento baseado no paradigma da representação, nicho do cientificismo à busca da Verdade cartesiana, e sugerir a noção de acontecimento como mais pertinente para discutir a produção de subjetividade. Neste sentido, cabe novamente o raciocínio de Nietzsche:

“Empenhado em recusar a idéia de conhecimento como representação da realidade e de verdade como adequação, muitas vezes Nietzsche atribui à linguagem a responsabilidade de criação e manutenção de determinadas ilusões epistemológicas que, sustentadas por noções tradicionais como identidade, unidade, substância, causalidade, sujeito, consciência, induzem o homem à crença na possibilidade de constituição de conhecimento e conquista da verdade.” (p. 35)<sup>12</sup>

Ou seja, em convergência com o pensamento esquizoanalítico, negar-se-ia a lógica binária de uno/todo, tangenciando a questão da relação do homem com o mundo a partir do olhar da multiplicidade. Não se trata, portanto, de dizer do homem e do mundo, do sujeito e do objeto, do eu do outro, segundo eixos absolutos e independentes; trata-se, sim, de dizer da maneira como o sujeito dobra-se enquanto tal, constituindo-se como um diagrama<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Os conceitos de Ética, Estética e Política, apontados neste momento, serão desenvolvidos nos capítulos seguintes, bem como a noção de moral.

<sup>11</sup> RAJCHMAN, conforme op. citado.

<sup>12</sup> CALOMENI, conforme op. citado.

<sup>13</sup> O termo diagrama é usado aqui da maneira como é compreendido por Deleuze e Guattari, a partir da noção de tridimensionalidade. Refere-se a uma estrutura múltipla, diferentemente da polaridade

estabelecido num campo de forças, de atravessamentos múltiplos. “*Não são elementos e termos, são relações, conjunções, bifurcações divergentes*”<sup>14</sup> (p.192). Rajchman (1993) explicita tal idéia, propondo que versar-se-ia mais sobre o “E”, preterindo-se o “É”. A saber, a produção de subjetividade se daria mais a termo de relações, composições múltiplas (“E”), do que de determinações afirmativas (“É”).

Tendo em vista a linha de raciocínio até então apresentada, propõe-se a transposição desta perspectiva para o contexto da prática clínica da psicologia. Para tanto, a compreensão de homem e mundo, apontada acima, seria legitimada no território deste fazer terapêutico. Ou seja, a clínica da qual se trata leva em conta a dinâmica das relações compreendidas a partir das conjunções de que fala Rajchman, dinamizadas na superfície descrita por Deleuze e que é acontecimento neste tempo, dito, atual. As manifestações subjetivas, sob esta ótica, dar-se-iam num movimento intempestivo, visando a voz para o devir. Em suma, compreende-se que a convergência dos elementos apontados nesta exposição poderiam, enfim, potencializar a emergência da *poiésis*.

É neste sentido que a clínica, pensada nesta perspectiva, transbordaria das relações exclusivas entre paciente e terapeuta, circunscritas no enquadre clássico de relações transferenciais, no contexto de consultório formal. Pensando o sujeito que constitui-se nesta rede múltipla, o acontecimento - em seu sentido terapêutico de criação, reinvenção da subjetividade - poderia dar-se para além das delimitações formais pré-estabelecidas. A singularidade deslindar-se-ia no acontecimento criativo cotidiano, na arte, na política. Enfim, em qualquer contexto que abarque a práxis *poiética* – fala-se, então, também de uma clínica ampliada.

Cabe destacar, neste momento, que não se pretende refutar a proposta de psicoterapia no contexto formal de consultório e, sim, de afirmar a possibilidade do exercício clínico, também, para além deste *setting* tradicional. Compreende-se que a clínica acontece neste e em outros espaços e que pode ser criativa em qualquer contexto de afirme a potência *poiética* da relação

---

bidimensional presente nas relações de representação. Os autores referem-se a diagramas de força para ilustrar a dinâmica das relações inter-subjetivas.

<sup>14</sup> RAJCHMAN, conforme op. citado.

terapêutica. Não se trata de *onde* a psicoterapia acontece e sim de *como* ela se dá. Da mesma maneira, uma proposta de clínica ampliada que cerceie a potência criativa, visando um enquadre pré-moldado, não daria espaço para a emergência da *poiésis*.

Sendo assim, entende-se que a produção de subjetividade acontece para além dos limites do indivíduo/sujeito, entendido enquanto unidade, e estende-se o campo da singularidade para uma teia de relações composta por atravessamentos coletivos, éticos, políticos, estéticos, artísticos.

*“ O acontecimento nunca ocorre ao sujeito; ele é aquilo pelo qual o sujeito torna-se diferente do que é. (...) É por isso que o acontecimento é sempre pré-individual. É sempre a renúncia a si e não a identificação a si que ocorre.” (p. 193)<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> RAJCHMAN, conforme op. citado.

## 2. EIXO ÉTICO

As referências teóricas que versam sobre a problemática de Ética são inúmeras, tendo em vista que esta é uma diretriz que atravessa as organizações sociais desde os primórdios - tomando formas diversas, é claro, mas sempre permeando as relações humanas de alguma maneira. Neste sentido, dizemos da ética no sentido primordial de organização do espaço público e das relações que o compõem. Sendo assim, é possível observar diversas diretrizes que orientam diferentes organizações sociais.

Ao tratar deste tema, Adauto Novaes (1992)<sup>16</sup>, parte da filosofia grega, segundo a qual, a ética estaria subordinada à Felicidade da vida presente e ao Soberano Bem, apontando para valores fundamentais na estrutura daquela sociedade em questão. Refere, também, que Aristóteles, em “Ética a Nicômaco”<sup>17</sup>, relaciona-a à noção de virtude, indo na mesma direção do Bem supremo. Ainda assim, vale destacar que, na perspectiva de Aristóteles, a virtude teria origem na prática, sendo insuficiente sua expressão exclusivamente teórica; seria preciso ter atos que condissessem com as idéias.<sup>18</sup> Novaes (1992) aponta, ainda, a diferenciação que Paul Valéry<sup>19</sup> faz entre ética e estética. Para este autor, a primeira corresponderia à “*ciência da ação das emoções*” (p.7)<sup>20</sup>; ao passo que a segunda seria “*a ciência da expressão ou da criação das emoções*”. (p.7)<sup>21</sup>

É interessante notar como, em todas as citações, trata-se da articulação entre valores ideológicos e ações no cotidiano. Ou seja, a ética é compreendida a partir da correspondência – ou divergência – de valores teóricos e sua expressão prática. Da mesma maneira, quando Maria Rita Kehl<sup>22</sup>, diz da ética como responsabilização por suas escolhas, compreende-se que o campo dos valores, intenções, ideais tem reverberação nas decisões concretas do sujeito. Entende-se, assim, que o comportamento ético do sujeito – ou o estabelecimento de um fluxo ético entre sujeitos em relação – deva

---

<sup>16</sup> NOVAES, A. Cenários. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>17</sup> ARISTÓTELES, ibidem NOVAES.

<sup>18</sup> Conforme op. citado.

<sup>19</sup> PAUL VALÉRY, ibidem NOVAES.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

tangenciar, simultaneamente, questões de cunho cultural e individual. Quer dizer, na medida em que o sujeito estabelece valores, idéias, referências que norteiam suas escolhas, está referido à instância social, apoiada na cultura; por outro lado, seu comportamento, expresso em decisões sobre o real, implica em responsabilidades particulares, pessoais, estando inscrito no campo do individual.

Neste sentido, se faz pertinente a diferenciação entre as noções de moral e ética. De maneira geral, pode-se apropriar-se da noção de Nicole Loraux (1992), que define a primeira enquanto o “conjunto dos valores e das prescrições comumente observadas por um grupo” (p. 30)<sup>23</sup>; isto é, as normas acordadas num grupo social específico, definidas de maneira arbitrária e referidas a um contexto socio-cultural e temporal em particular; ao passo que a segunda corresponderia a um “sempre construir, no que é um perpétuo esforço por superar a moral, presa em sua estreita dependência em relação à sociedade” (p. 30)<sup>24</sup>. Ou seja, a ética está, neste caso, referida à uma instância maior, que diria respeito à uma postura em relação à condição humana, que transcenderia as especificidades de grupos sociais em particular. Diz-se, então, da ética do humano, circunscrita na temporalidade da finitude.

Soma-se a esta diferenciação o apontamento de Marilena Chaui (1992), que diz do salto ético, em relação à posição moral, de deslocar-se da passividade em direção à atividade. Neste caso, Chaui coloca a submissão à norma acordada – moral – como um movimento de passividade, asujeitamento em relação à lei. No outro extremo, incorpora a ética de uma potência ativa, implicando o sujeito no sempre construir dos caminhos éticos<sup>25</sup>.

Compreender a clínica a partir de um atravessamento ético significa dizer das diretrizes que orientam o olhar para o exercício psico-terapêutico: como a relação terapêutica é compreendida e atualizada.

---

<sup>22</sup> KEHL, M. R. In: Entrevista à revista *Percurso*. São Paulo, n. 39, 2º sem./2007

<sup>23</sup> LORAUX, N. A tragédia grega e o humano. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> CHAUI, M. Público, privado, despotismo. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

## 2.1 A ética rizomática

Neste sentido, cabe a noção de rizoma<sup>26</sup>, apresentada por Deleuze e Guattari no primeiro livro da série *Mil Platôs*<sup>27</sup>.

Os autores colocam que, diferentemente da idéia hegeliana que orienta o pensamento numa estrutura arborescente, a noção de rizoma coloca as relações sob a perspectiva de diagramas de força<sup>28</sup>. Em outras palavras, Deleuze e Guattari (1997) criticam os pressupostos da filosofia de Hegel, que compreenderia as relações entre homem e mundo a partir da cisão sujeito/objeto, o que desembocaria, segundo os mesmos, num raciocínio causal, supostamente linear e, logo, controlável ou presumível. É neste sentido que equiparam o raciocínio hegeliano à estrutura da árvore, como aquela que parte de raízes fincadas num solo em comum, cresce sobre um tronco uno e segmenta-se em galhos, filamentos oriundos de uma mesma origem definida. Vale destacar que esta descrição de estrutura arborescente leva em conta um único sentido do crescimento, uma única direção principal para o desenvolvimento deste ser: para cima.

Em contrapartida, apresentam a idéia de rizoma, que corresponderia a um desenho tridimensional, dinâmico, composto por conexões de força e intensidade. Enquanto a árvore partiria da raiz como ícone de um eixo linear, causal, determinista, o rizoma estruturar-se-ia numa forma não linear, com direções múltiplas para seu desenvolvimento. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “*rizoma é anti-genealogia*” (p. 20)<sup>29</sup>. Ao contrário da árvore, fundada em suas raízes, que lhe conferem estabilidade e segurança, o desenho do rizoma estaria em constante mutação, nunca fixando-se num ponto determinado, sempre dinamizando seus eixos de relação. Um constante risco.

---

<sup>26</sup> Sob a perspectiva da Botânica, rizoma seria definido enquanto caule subterrâneo rico em reservas, comum em plantas vivazes, caracterizado pela presença de escamas e gemas, capaz de emitir ramos folíferos, floríferos e raízes. Fonte: dicionário *Houaiss* da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

<sup>27</sup> Série organizada em cinco volumes, compostos por diversos artigos de Deleuze e Guattari, que giram em torno do tema central, Capitalismo e Esquizofrenia. A edição original data de 1980, publicada em Paris, França, pela Les Éditions de Minut. A primeira edição brasileira foi publicada pela Editora 34, em 1995. Neste caso, usamos a edição de 1997, também, da Editora 34.

<sup>28</sup> DELEUZE, G; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: *Mil Platôs*, v. 1. São Paulo: Editora 34, 1997.

<sup>29</sup> DELEUZE, G; GUATTARI, F. conforme op. citado.



“Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança (...) A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.” (p. 37)<sup>30</sup>

Tendo isto em vista, o artigo de Nelson da Silva Junior, “Modelos de Subjetividade em Fernando Pessoa e Freud – Da catarse à abertura de um passado imprevisível”<sup>31</sup>, traz uma perspectiva interessante a respeito da dimensão ética da clínica. O autor discute concepções de cura em Freud a partir da cura catártica, que estaria relacionada a uma noção de “*subjetividade fechada*”. Num segundo momento, ele aponta conceitos posteriores em Freud, estabelecendo um paralelo com Fernando Pessoa, numa concepção de “*subjetividade aberta*”. Nelson faz uso dos desdobramentos de Fernando Pessoa na figura de seus heterônimos, a fim de dizer da ruptura com o paradigma da identidade fixada. Segundo o autor, o sujeito não seria essencialmente idêntico a si mesmo e, sim, um sujeito mutante.

O artigo contribui para o presente estudo por trazer a compreensão de subjetividade para além do paradigma tradicional do psiquismo, usualmente, pautado na noção de identidade como unidade – análoga à estrutura arborescente. Enriquece a concepção do trabalho analítico ao acrescer a clínica de uma tridimensionalidade, rompendo com a lógica binária, linear e causal. Neste sentido, a Renata Udler Cromberg (1999)<sup>32</sup> traz um olhar interessante sobre a exposição de Silva, aproximando a concepção clínica da perspectiva ética do rizoma.

“Tira a exclusão do plano dentro-fora de uma subjetividade estável, mas a torna sempre uma dobra mutante a ser incluída numa concepção aberta de subjetividade, num movimento de criação contínua de ser em devir, cristalização e dissipação.” (p. 168)<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> DELEUZE e GUATARRI, conforme op. citado.

<sup>31</sup> SILVA Jr, N. Modelos de Subjetividade em Fernando Pessoa e Freud – Da catarse à abertura de um passado imprevisível. In: *A exclusão no quiasma entre a obra literária e a psicanálise*. São Paulo: ALB e Xenon Ed, 1998.

<sup>32</sup> CROMBERG, R. A exclusão no quiasma entre a obra literária e a psicanálise. In: *Revista Percurso*. São Paulo, n. 23, p. 168. 2º sem./1999.

<sup>33</sup> CROMBERG, conforme op. citado.

Desta maneira, a compreensão dinâmica de sujeito aponta para uma estrutura rizomática do trabalho clínico, nas palavras do autor: *uma concepção aberta de subjetividade*. Ou seja, a ética definida na relação terapêutica, segundo esta perspectiva, deveria abrir espaço para a criatividade, a emergência de devires múltiplos e, por tanto, a resignificação contínua do fazer clínico.

Ao apreender o sujeito como produto de uma relação dinâmica e poética, tal qual o autor descreve, o *ethos*<sup>34</sup> que perpassa esta relação é, presumivelmente, diferente do que orientaria uma relação pautada no paradigma estável de sujeito/objeto. Destaca-se, assim, a necessidade proeminente de adaptar o contrato ético entre terapeuta e paciente às circunstâncias particulares de cada exercício clínico. Não se trata de classificar as diferentes concepções clínicas enquanto mais ou menos éticas, e sim de defender o exercício clínico como condizente com os diferentes paradigmas que orientam as diferentes práticas. Da mesma maneira, não defende-se aqui o relativismo ético absoluto ou a flexibilização desmedida dos parâmetros que orientam a prática da psicologia como um todo. Fala-se, contudo, de uma ética em consonância com os valores ideológicos que movem o fazer terapêutico em questão. Nas palavras de Silvana Tótora,<sup>35</sup> *“diferentemente de uma moral que busca se consolidar por parâmetros universais, uma ética do cotidiano seria uma invenção de novos modos de existência.”* (p. 88)<sup>36</sup>

Desta forma, é fundamental refletir sobre quais valores orientam determinada atuação clínica, ou seja, com que linha de pensamento – e ação – se faz aliança. Pensando assim, podemos elencar dois sentidos principais para a prática que, por sua vez, relacionam-se com os valores ético-científicos aos quais nos referimos.

Partindo do paradigma hegeliano, fundamentado na cisão sujeito/objeto, pode-se desencadear uma lógica de trabalho asséptica, rigidamente atrelada

---

<sup>34</sup> Do grego, denota costumes, hábitos no âmbito do comportamento e da cultura. Conjunto de valores que orientam e influenciam uma determinada coletividade. Fonte: dicionário *Houaiss* da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

<sup>35</sup> TÓTORA, S. (In)tolerância: vida poiésis e política. In: *A tolerância e o intempestivo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

<sup>36</sup> Idem.

ao modelo representacional pré-estabelecido. Neste caso, o espaço para a criação ficaria restringido pelo engessamento dos limites teóricos, cerceando a emergência de devires impensados, até então. A clínica pensada desta maneira estaria, assim, a serviço de uma ideologia da Verdade, compreendida a partir de uma referência única, uma resposta pronta – que, segundo Tótora (2005), seria vontade de verdade: *“uma vontade de segurança, conforto, bem-estar e controle dos riscos”* (p. 77)<sup>37</sup> - , estreitamente atrelada a relações de poder. Para ela: *“vontade que quer o poder é o mesmo que dizer que uma vontade quer ocupar o trono do poder estabelecido e não criar novos valores”* (p. 80)<sup>38</sup>. Sendo, assim, a potência criativa estaria imediatamente neutralizada. Neste contexto, o terapeuta seria entendido como aquele que detém o conhecimento sobre o paciente, como fonte de cura. Sendo assim, a citação de Tótora (2005), mais uma vez, se faz pertinente:

“a vontade que quer o poder pressupõe uma concepção de poder como representação que se traduz em forma de valores já estabelecidos, configura-se em uma relação de forças em que as forças ativas de criação são obstruídas e transformadas em forças de reação. Querer o poder é uma forma de se fixar aos valores estabelecidos que conduzem o mundo através da moral (...)” (P.80)<sup>39</sup>

Ao passo que, numa perspectiva poética - compreendendo a clínica constituída em seus alicerces teóricos, porém não amarrada à eles – abrir-se-ia espaço para a emergência de devires criativos, neste sentido, aproximando-se da vontade de potência que, segundo Tótora (2005), *“não é o mesmo que uma vontade que quer o poder, mas é uma força plástica e em metamorfose, expansão criativa e afirmativa da vida. Não é causa nem efeito, tampouco finalidade, mas um devir.”* (p. 80)<sup>40</sup>

Assim, a ética que perpassa a clínica à qual nos referimos trata de afirmar a potência criativa da vida. *“A vida como vontade de potência. Ser*

---

<sup>37</sup> TÓTORA, conforme op. citado.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Idem.

*artista é, apropriando-se de uma referência dos estóicos, ‘ser digno do que nos acontece’ (...)” (p. 88)<sup>41</sup>*

Em consonância com esta linha de raciocínio, tem-se a contribuição de Suely Rolnik (1997) em “Psicologia: subjetividade, ética e cultura”<sup>42</sup>. Para ela, *“a região do território subjetivo onde incide a psicologia é a de seu encontro com os territórios da ética e da cultura” (p. 13)<sup>43</sup>*. Sendo assim, pensar a clínica pautada nesta afirmação corresponde a produzir uma prática que vise esta confluência, levando em conta o contexto cultural ao qual esta clínica está referida e, ao mesmo tempo, orientada por um fio condutor ético que leve em conta estes atravessamentos.

Rolnik (1997) compreende o contexto de atuação da psicologia definido a partir da condição de trágico, que ela explicita enquanto a dor da desestabilização do que somos, nossa condição de impermanência, finitude<sup>44</sup>. Desta maneira, diferentes posturas éticas seriam definidas por diferentes modos de se colocar frente à esta questão. Por exemplo, uma explicação estritamente organicista, ignoraria a condição de trágico, cristalizando a existência numa Verdade única, baseada numa relação causal. Neste sentido, visar-se-ia evitar a desestabilização do que somos, buscando-se a condição de estável, eterno.

Por outro lado, a postura ética então proposta pela autora é a de *“estar à escuta da dor causada pela desestabilização, anunciadora da finitude” (p. 20)<sup>45</sup>*, o que dependeria de:

“suportar esta dor em nós mesmos e improvisar modos de existência que dêem sentido e valor para aquilo que o mal-estar de nossa pele nos sopra. Aqui não se trata de alucinar um dentro para sempre feliz, mas sim de criar as condições para a conquista de uma certa serenidade no sempre devir outro. Nesta empreitada, é imprescindível estar atentos com a produção cultural, para nos prover de recursos cartográficos que nos ajudem a criar teorias e procedimentos mais de acordo com o que os novos diagramas exigem.” (p. 20)<sup>46</sup>

---

<sup>41</sup> TÓTORA, conforme op. citado.

<sup>42</sup> ROLNIK, S. Psicologia: subjetividade, ética e cultura. In: *SaúdeLoucura* 6. São Paulo: Hucitec, 1997

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> ROLNIK, conforme op. citado.

Assim, delineia-se o papel do psicólogo como aquele que suporta a escuta à dor da finitude, aquele que oferece-se a acompanhar o outro em suas dinâmicas entre vida e morte, afirmar-se e reconhecer seu limite. Nota-se que se pede, portanto, à este papel, a capacidade de também ser dinâmico, de também arriscar-se entre potência afirmativa e finitude. Isto é, de certa forma, o terapeuta não só apoia o paciente em seu arriscar-se existencial, como também arrisca-se ao lado dele.

Além disso, Rolnik (1997) salienta a necessidade de constituir o campo clínico aberto à linguagem cultural, permeável e penetrante nesta interface com a cultura. Assim, no fluxo desta interpenetrância dos dois campos - clínico e cultural – o território terapêutico poderia ser reinventado. Caberia, portanto, ao terapeuta a promoção da transversalidade entre as dimensões da psicologia, da ética e da cultura, como uma forma de oxigenação da prática, atualização do fazer terapêutico. *“É que a ética diz respeito à afirmação da vida em sua potência criadora; ora, o quanto a vida pode fluir a cada momento, depende antes de mais nada da relação que se estabelece com o trágico.”* (p. 19)<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Rolnik.

<sup>47</sup> Idem.

### 3. EIXO ESTÉTICO

Propõe-se aqui a dimensão estética da clínica compreendida como um dos eixos fundamentais que sustentam esta prática enquanto exercício criativo. Portanto, a face estética da clínica seria parte constituinte do tripé teórico - ética-estética-política - aqui apresentado. Sendo assim, se faz necessário explicitar a compreensão do termo Estética que será usado neste contexto. Destaca-se como referência os trabalhos do filósofo contemporâneo, Jacques Rancière (2005), especialmente no livro “A partilha do sensível”<sup>48</sup>; o artigo da psicóloga Noemi Moritz Kon<sup>49</sup>, além de outras referências indiretas.

Logo nas primeiras páginas do livro de Rancière (2005), vê-se o cuidado em deslindar a definição que o autor faz de Estética, estreitamente ligada à concepção desenvolvida por ele de Partilha do Sensível. Fundamentalmente, tem-se o paradigma estético atrelado ao político, no entanto, se faz necessário, para a presente exposição, a distinção didática entre os dois termos, a fim de uma maior apropriação das proposições de Rancière no que diz respeito à Estética, em particular. Neste sentido, a colocação feita na Nota de Tradução muito tem à colaborar para a compreensão dos termos empregados pelo autor:

“Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas.” (p. 7. Políticas da escrita, grifo nosso)<sup>50</sup>

Entende-se que o emprego feito por Rancière dos conceitos citados é especialmente pertinente por abarcar a dimensão coletiva e a individual, compreendendo a relação entre estas duas instâncias de forma não binária, segmentada, cindida ou, simplesmente, separada. A pertinência do uso do termo Estética, incorporado sob esta perspectiva, é a de que tal dimensão seria

---

<sup>48</sup> RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

<sup>49</sup> KON, N. Clarice Líspector: certas presenças permitem a transfiguração. In: *Revista Percursos*. São Paulo, n. 21. 2º sem./1998.

<sup>50</sup> RANCIÈRE, conforme op. citado.

constituente dos contornos do sujeito e da comunidade. Assim, esteticamente, dar-se-ia a produção de subjetividade.

Neste sentido, as duas noções, ditas “inversas”, de partilha, trazem direções interessantes – e complementares - do olhar sobre este termo. A idéia de partilha como participação em uma esfera social (comunidade) inscreve o conceito numa instância maior, coletiva, à qual cabe a noção de pertencimento. Isto é, pertence-se na medida em que partilha-se de algo em comum.

Por outro lado, o sentido de partilha como separação, “*recortes que nele definem lugares e partes respectivas/exclusivas*” (p. 5)<sup>51</sup>, nos remete à idéia de divisão, segmentação, distinção. Desta maneira, podemos inferir que a compreensão do termo, neste segundo sentido, aponta para o campo do individual ou singular; o separado, distribuído, distinto, partilhado, enfim.

Sendo assim, a articulação entre estes dois sentidos, congregados numa só palavra, coloca-se de forma particularmente interessante quando adentramos o campo da Psicologia Clínica. Propõe-se aqui, portanto, a relação entre as dimensões, por assim dizer, “coletiva” e “individual” a partir do olhar estético postulado por Rancière. Compreende-se que esta congregação é pertinente na medida em que amplia o conceito *strito sensu* de “análise”, no sentido de separação - altamente difundido no campo na Psicanálise clássica.

Ou seja, por um lado, o termo sugerido por Rancière remete à noção de divisão, mas por outro, também abarca o âmbito do coletivo, em direção à síntese. Desta maneira, apropriando-se desta perspectiva, pode-se dizer que a esfera coletiva, constituinte da experiência clínico-terapêutica, diz respeito ao *lócus* de pertencimento do sujeito, o âmbito social à que a clínica está remetida, seus atravessamentos macro-políticos; ao passo que a esfera individual diria respeito à constituição particular do sujeito, seu universo singular, o reconhecimento de seus posicionamentos frente à dimensão coletiva e seus processos micro-políticos.

A contribuição de Rancière é, justamente, a articulação estética que ele faz destes dois âmbitos, artificialmente separados no parágrafo acima. Partilhar o sensível é compor esteticamente estes dois campos. No paralelo em direção à prática clínica, pode-se dizer que a produção de subjetividade se dá na linha

---

<sup>51</sup> RANCIÈRE, conforme op. citado.

que tangencia estas esferas. Criar uma realidade estética é, portanto, produzir subjetividade micro e macro-politicamente.

A resenha de Renata Udler Cromberg<sup>52</sup> traz um olhar interessante sobre o artigo de Sonia Novaes Resende, “A construção de um herói obscuro”, apresentando-o a partir de uma referência da clínica pautada nos eixos Ético, Estético e Político, o que vai de encontro com a perspectiva da qual se parte no presente trabalho. Tendo isto em vista, visa-se focar, em especial, a dimensão estética, compreendida pela autora a partir da relação entre terapeuta e paciente, no contexto de consultório.

Resende (1998) inicia sua reflexão apresentando o sonho como uma construção onírica, na qual o sujeito criaria, fora dele, uma realidade que ele é<sup>53</sup>. Ou seja, a projeção de uma realidade psíquica num contexto entendido como externo ao sujeito, corresponderia a uma composição estética análoga a ele próprio: seria uma maneira de recriar-se, esteticamente. Acompanhando a proposição de Resende, pode-se estender esta compreensão afirmando que, como no sonho, na experiência clínica, o sujeito – através da relação com o terapeuta - cria uma realidade em certa medida externa à ele próprio, mas que diz respeito ao que ele é. Neste sentido, a criação de uma outra realidade pode ser entendida como análoga à criação que se processa na produção artística: um produto do sujeito que tem uma realidade estética em si. Fala-se, então, da dimensão estética da clínica, como a invenção de uma realidade que tem sentido em si e que, enquanto produto, está em relação com o mundo, é uma produção do mundo e para o mundo<sup>54</sup>.

Compreendendo o movimento criativo como irruptivo, Cromberg (1999) diz da criação como fenômeno intempestivo<sup>55</sup>. Para ela, a emergência da *poiésis* faz aflorar, com certa brutalidade, as sutilezas humanas que, caso contrário, permaneceriam escondidas pela forma normatizante da cultura. Ou seja, o efeito da produção de uma realidade estética no contexto clínico faz vir à tona questões do sujeito que usualmente seriam recalcadas pela norma social. Este fenômeno/acontecimento inaugura, então, outro tempo e espaço,

---

<sup>52</sup> CROMBERG, R. A exclusão no quiasma entre a obra literária e a psicanálise – resenha do livro *Leituras da Psicanálise – estéticas da exclusão*. In: *Revista Percurso*. São Paulo, n. 23, p. 168. 2º sem./1999.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem.



composto por uma melodia diferente da ditada pela máquina social cotidiana. É, portanto, extracotidiano.

É neste sentido que a autora afirma:

“Se o efeito estético que produz é o de uma marginalidade é porque rompe com o presente, irrompe pelo fracasso do recalque cultural se situando numa fronteira lábil e móvel, que atravessa o espaço e o tempo, colocando o espectador diante de uma outra temporalidade.”  
(p. 168)<sup>56</sup>

Dizemos, assim, do acontecimento estético no contexto da clínica, como a irrupção de uma realidade outra, que difere da lógica cotidiana, normatizante e a serviço do Controle<sup>57</sup>. Assim, a convergência das forças reunidas do contexto particular da relação terapêutica faria com que o recalque disciplinador cultural fracassasse e emergiria, na estética da marginalidade, a face da exclusão.

Em consonância com a linha de pensamento apontada por Sonia Resende, tem-se a contribuição de Noemi Moritz Kon (1998), que também aproxima a experiência da clínica – no caso, psicanalítica – da experiência estética. Kon parte da idéia da clínica como criação de uma realidade inexistente até então, tanto para o terapeuta, quanto para o analisando. Se faz pertinente a distinção que a autora faz entre esta perspectiva e a visão “arqueológica” da análise, enquanto resgate de uma história passada, na busca de sentidos soterrados em tempos anteriores<sup>58</sup>. Não que as experiências já vividas devam ser excluídas, mas sim que possam ser atualizadas no sentido presente, não simplesmente recordadas de forma mecânica. A partir disto, cabe a citação que a autora faz de Paul Klee, em analogia ao movimento criativo-artístico: *“A arte não reproduz o visível, ela faz o visível”*<sup>59</sup>. Explicada nas palavras da autora: *“a arte, deste ponto de vista, não é mimética, ela não está para copiar uma realidade presente desde sempre; ela está para dar*

---

<sup>55</sup> Este termo é empregado aqui da maneira como é compreendido no capítulo 1 deste trabalho.

<sup>56</sup> CROMBERG, conforme op. citado.

<sup>57</sup> O termo Controle aparece aqui como referência à denominação que Deleuze faz de Sociedade de Controle, enquanto uma atualização da Sociedade Disciplinar, citada por Foucault.

<sup>58</sup> KON, conforme op. citado.

<sup>59</sup> KLEE, ibidem KON.

*realidade àquilo que não teria existência sem este seu gesto de criação” (p. 27)<sup>60</sup>.*

De maneira proporcional, a clínica não é reprodução da vida cotidiana ou resgate de experiências passadas, é invenção de uma vida presente. A atmosfera composta na relação terapeuta-paciente é dotada de uma realidade estética em si, oriunda da potência criativa que permeia esta relação. Neste sentido, encontra-se o termo designado por Noemi como “*gênese continuada*”, a re-criação, o contínuo nascimento, que pode ser compreendido como este movimento de reinvenção ou atualização da potência criativa - enfim, *poiésis*.

Segundo a autora, a escritora Clarice Lispector seria agente deste movimento em sua literatura, a partir do momento em que sua produção artística faz com que o leitor entre em contato com mistérios humanos até então inacessíveis. Podemos comparar a intenção designada à Clarice com o papel desenvolvido pelo discurso subjetivo que emerge na relação terapêutica – enquanto mediador do diálogo entre sujeito e mundo - como aquele que “*por meio de suas palavras, faz vislumbrar o que até então era pura invisibilidade*”<sup>61</sup>.

Vale dizer aqui que invisível é compreendido não no sentido daquilo que é impalpável ou abstrato, mas invisibilidade como instância do que não existe enquanto não pode ser visto, do que é inacessível. Haja visto o uso que Rancière faz do termo *visibilidade*, podemos traçar um paralelo entre os dois autores. Neste sentido, a problemática da criação seria tangenciada pela questão da visibilidade como concretude da produção artística-criativa. Isto é, trazer à visibilidade seria pôr em ato a potência da *poiésis*.

É assim que alcançamos a idéia da perspectiva poética como aquela que coloca o sujeito em contato com o novo. Isto é, ao re-criar a realidade, o artista atualiza constantemente sua visão do mundo. No que diz respeito ao contexto de terapia, é a perspectiva que busca-se alcançar: da re-invenção dos modos dados de agir, pensar e sentir, a atualização constante do contato com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

Por fim, tem-se a noção do espanto, como a sensação que descreve este contato criativo, a surpresa ao deparar-se com o até então inexistente. Nas palavras de Kon (1998): “*Clarice pede de nós esta ternura pelo espanto,*

---

<sup>60</sup> KON, conforme op. citado.

<sup>61</sup> Idem.

*busca encontrar um ‘estado de graça’, um estado de prolongado nascimento” (p. 29)<sup>62</sup>. É a esta sensação de epifania que nos referimos ao dizer da *gênese continuada*; um certo descompasso, deslocamento em função da transformação da lógica vigente. Poderíamos, inclusive, dizer de um desconforto gerado pela estranheza que o novo desperta – como um bebê que chora assim que nasce. Na citação de Kon (1998), Merleau-Ponty descreve esta sensação aproximando, mais uma vez, arte e poesia: “*para este pintor, uma única emoção é possível; um único lirismo: o da existência incessantemente recomeçada.*” (p. 30)<sup>63</sup>*

Com relação ao trabalho clínico, particularmente, temos a afirmação de Rodrigué, ao lado de Melsohn (1996): “*o trabalho analítico pede a cada praticante um contato espantoso com o inconsciente (...) configurando uma transgressão criativa que nos permite exercer esta arte*”<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> KON, conforme op. citado.

<sup>63</sup> MERLEAU-PONTY, ibidem KON.

<sup>64</sup> MELSOHN, I.; RODRIGUÉ, E. Debate *Transgressões Criativas*. FORMAS SIMBÓLICAS E TRABALHO ANALÍTICO. São Paulo, Instituto SEDES SAPIETIAE. 1996.

#### 4. EIXO POLÍTICO

“É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo.” (p.16/17)<sup>65</sup>

Transpondo esta reflexão para o território da clínica, podemos entender que o recorte estético dos tempos e espaços do sujeito, em sua relação com o mundo (e com o terapeuta/psicólogo), é dotado, também, de uma tonalidade política – compreendida da maneira como o autor define. Especialmente, a idéia de poder dizer sobre o que é visto vai de encontro com a noção de empoderamento<sup>66</sup> da palavra no contexto clínico. Ou seja, o processo político do sujeito de apropriar-se da palavra e lhe conferir visibilidade é, também, terapêutico, sob a perspectiva clínica. Na medida em que a relação analítica ganha corpo, tempo e espaço próprios, a palavra circula na condição de inventiva, criadora. Sob esta perspectiva, o movimento de trazer a *poiésis* à clínica seria um ato político.

Tendo em vista a justificativa da manifestação *poiética* enquanto afirmação subjetiva no âmbito da clínica - pelas vias da ética, estética e política - novamente, se faz pertinente o olhar de Rancière (2005), ao apontar o embricamento da estética com a política. O autor compreende “*atos estéticos como configurações da experiência, que ensejam novos modos do sentir e induzem novas formas de subjetividade política*” (p.11)<sup>67</sup>; o que revela um olhar para a criação, expressa na forma estética, que por sua vez, reverbera – e, talvez antes disso, constitui-se - politicamente. Ou seja, a manifestação da *poiésis*, por meio da estética, que transforma a produção de subjetividade (em termos de modos de pensar, agir e sentir), constituir-se-ia de um ato político.

Pode-se compreender esta afirmação a partir da idéia de que a transformação de uma determinada realidade desencadeia a conseguinte

---

<sup>65</sup> RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org., Editora 34, 2005.

<sup>66</sup> Vale destacar aqui que o termo é usado no sentido de “apropriação”, como forma do sujeito tomar para si a palavra, ter propriedade ativa em seu uso.

mudança de seu entorno. Ora, um sujeito que compõe novas constelações subjetivas, recoloca-se no universo socio-cultural ao qual pertence. Desta maneira, as ações, escolhas e percursos traçados por um indivíduo produzem efeitos no contexto coletivo em que este se encontra. Reorganizam-se diagramas de força, produzem-se novos campos de tensão, emergem outras constelações rizomáticas: enfim, se faz a política.

É preciso deixar claro que não se trata de praticar ou fomentar uma política ideológica, muito pelo contrário, trata-se de compreender os movimentos afirmativos da produção de subjetividade também em sua porção política. Isto é, possibilitar um diálogo (no sentido de um debate, tal qual descreve o autor no momento seguinte), não propor um discurso. Como bem diz Rancière (2005):

“Não se trata de reivindicar, mais uma vez, contra o desencantamento pós-moderno, a vocação vanguardista da arte ou o elã de uma modernidade vinculando as conquistas da novidade artística às da emancipação. Estas páginas não foram motivadas pela preocupação com uma intervenção polêmica. Elas se inscrevem num trabalho de longo prazo que visa restabelecer as condições de inteligibilidade para uma debate.” (p. 13)<sup>68</sup>

Da mesma maneira, a dimensão do exercício clínico que visa-se trazer à tona não corresponde a um constructo prático ou teórico extraordinário, revolucionário ou fantástico, simplesmente. Não propõe-se aqui qualquer projeto (pretensioso) de instauração da “Nova Clínica” e sim a abertura para uma dimensão da clínica que já está presente enquanto potência. Trata-se de dar visibilidade à dimensão poética da clínica, refundando-a no instante atual, não em sua origem ou destino.

Com relação à atualidade, não visar-se-ia a subversão da mesma ordem hegemônica que regia os tempos de ontem, obviamente. A resistência atual não se processa por meio da busca por esta emancipação, menos ainda no almejo de esta ou aquela ilusão ou desilusão. Diz-se, portanto, da batalha que acontece no plano da superfície, no agenciamento de fluxos superficiais, velozes e dinâmicos. Em outras palavras, não se trata de recuperar um objeto perdido, revelar uma verdade oculta ou desgarrar-se de um algoz determinado;

---

<sup>67</sup> RANCIÈRE, conforme op. citado.

<sup>68</sup> RANCIÈRE, conforme op. citado.

a tarefa é a de re-constelar os diagramas estabelecidos por estas relações. Recriar as relações em questão, não engoli-las ou cuspi-las, simplesmente.

Desta maneira, versar-se-ia sobre o campo da micropolítica, enquanto diferenciado da noção de macropolítica. Os movimentos políticos no território da clínica seriam entendidos, portanto, enquanto ações políticas que se processam na vida cotidiana, ou seja, diz-se dos atos políticos enquanto constituintes do substrato que permeia as relações inter-subjetivas. Não se referem, assim, à super-estruturas políticas, externas à realidade do sujeito e, sim, a uma dimensão política intrínseca à produção de subjetividade. Diz-se, então, das veredas percorridas pelo indivíduo na relação com o fora, de suas tomadas de decisão pautadas em valores éticos e em consonância com o contexto cultural próprio àquele tempo.<sup>69</sup>

Ainda assim, neste sentido, vale lembrar que os vetores políticos extrínsecos às relações próprias do contexto clínico, certamente, também constituem o universo ampliado do sujeito. Isto é, o contexto macro-político que envolve o sujeito – como a conjuntura política de seu país, suas preferências político-partidárias ou a filiação à uma corporação específica - também determina sua produção de subjetividade, ainda que de forma indireta. No entanto, é preciso deixar claro que pretende-se focar aqui o âmbito da micropolítica intrínseca à vivência subjetiva, que se processa nas relações de cunho clínico.

Sendo assim, à esta possibilidade de desamarrar-se dos absolutismos de começos e fins, das ideologias construídas, das análises representacionais, Rancière acresce, a necessidade análoga de desprender-se da linha de raciocínio que rege tantas das lógicas de nosso tempo: do pensamento orientado pela égide do controle. Segundo ele, *“o esforço para pensá-la implica abandonar a pobre dramaturgia do fim e do retorno, que não cessa de ocupar o terreno da arte, da política e de todo objeto de pensamento.”* (p. 14)<sup>70</sup>

Quer dizer, compreender a clínica em sua dimensão política, da forma como se propõe aqui, pede, mais uma vez, a desconstrução da lógica binária de sujeito/objeto; neste caso, travestida na forma de relações verticais de

---

<sup>69</sup> Neste caso, diz-se da convergência entre ética e cultura da maneira como já foi explicitado anteriormente, a partir da referência de Suely Rolnik, no artigo *Psicologia: subjetividade, ética e cultura*, conforme op. citado.

<sup>70</sup> Idem.

poder como autoridade/submissão, ativo/passivo, explorador/explorado. Fala-se das relações políticas enquanto um diálogo efetivo, trocas no plano da horizontalidade. Desta maneira, justifica-se a necessidade proeminente de debruçar-se sobre a questão da produção de diferença, enquanto singularidade que emerge, também, como síntese das relações políticas. Propõe-se, portanto, a apreensão do território clínico, da maneira como está sendo apresentado no presente capítulo, a fim de afirmar a possibilidade de diferenciação do sujeito em seus processos político- subjetivos.

Para tanto, se faz pertinente o estudo de Marcos Guilherme Belchior de Araújo<sup>71</sup>, acerca da intercessão entre clínica e política, a qual ele próprio justifica:

“A escolha do campo problemático da clínica e da política segue esse intento: revisitar o plano da clínica, não para repetir um funcionamento herdado da modernidade e instituído pelo campo psi, que focaliza seus horizontes sobre o ecrã dos corpos tornados dóceis e individualizáveis, antes sim para ansejar na clínica os devires-coletivos que a animam, os coeficientes de multiplicidade, os atratores políticos que a esquadram por todos os lados. E se estamos pensando em avançar para pensar a diferença na clínica, portanto buscando compor variações, outros olhares sobre a clínica, de igual modo lidamos com a questão da política, que aqui não tem nada que ver com sistemas de representação – partidários, associativos etc. Trata-se de, na dupla articulação de clínica e política, designar aquilo que compareceu enquanto signo coletivo, acontecimento que afirma sua potência na dinâmica dos encontros que oportuniza e nas sensações que faz reverberar em outros corpos e outros domínios.” (p. 10)<sup>72</sup>

Araújo define, assim, a clínica inscrita no plano do Fora, para além das microesferas binárias e individuais, remetida ao coletivo político e, portanto, desgarrada e não pertencente ao domínio do saber-poder definido pela lógica do controle. O autor entende a política, neste contexto, como “*gerência de uma poética do cotidiano*”<sup>73</sup>, ou seja, exercer esta política seria escolher caminhos em função de onde se aplica a própria capacidade de criação.

---

<sup>71</sup> ARAÚJO, M. *Pensamento e produção de subjetividade: problematizações entre a clínica e a política*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

<sup>72</sup> ARAÚJO, conforme op. citado.

<sup>73</sup> ARAÚJO, conforme op. citado.

No entanto, é sabido que - apesar da dimensão política ser indissociável da vivência humana na relação com o outro/mundo/fora - nem sempre se pode alcançar sua potência *poiética*. Muitas vezes o cotidiano se organiza de forma opressora, cerceando os possíveis de *poiésis* do sujeito, daí a necessidade de assumir-se a batalha por uma vida afirmativa, pela conquista de tempos-espacos inventivos. À este embate, cunhado na resistência contra a captura subjetiva, Araújo (2006) confere o status de *crise*. A saber:

“Estamos engajados com modos de criação de si e do mundo que não podem se realizar em sua função autopoietica sem o risco constante da experiência de crise. Definir a clínica em sua relação com os processos de produção de subjetividade implica, necessariamente, que nos arrisquemos numa experiência a um só tempo crítica e de análise, ou como podemos dizê-lo, crítico-analítica das formas instituídas, o que sempre nos compromete politicamente.”<sup>74</sup> (p. 75)

Compreende-se, assim, que a experiência de crise é oriunda do processo de desconstrução, da necessidade de se criar vazios para que o novo surja. É aí que se encontra a tensão entre as forças do *instituinte* e do *instituído*. Ou seja, é crísico o conflito entre aquilo já está estabelecido, adaptado, incorporado e o que surge para quebrar esta lógica dada, o que pede outro lugar, uma readaptação. Assim, ao criar-se novos caminhos nos modos de subjetivação, se faz necessário desmontar – ou re-colocar – aquilo que, até então, estava instituído. Somente desta maneira a força instituinte pode vir à tona, pode tomar seu lugar. É interessante destacar que, feito isso, a partir do momento em que a força instituinte conquista certa estabilidade, imediatamente é absorvida, deixando de ter sua potência de novidade: torna-se instituída. Desta maneira, instituinte e instituído alternam invariavelmente seus lugares, compondo uma dinâmica de construção e reconstrução constantes, sendo impossível definir uma estabilidade absoluta. Este movimento político é crísico, é crítico e é intenso. Não obstante, a potência criativa está justamente nesta tensão que reside no conflito dinâmico de forças.

Sendo assim, coloca-se a pertinência deste jogo de forças como produtor da síntese criativa, tendo em vista que a vivência subjetiva (e objetiva) é composta por esta cadência pendular. Nos relacionamos com o mundo ora



pela via dos signos-representação, reforçando o instituído e dando alimento à máquina de captura; e ora sendo afetados pelo fora, acolhendo afecções diretas que recolocam nosso corpo no espaço e constituem novos diagramas de força<sup>75</sup>.

“A clínica, portanto, parece emergir sob uma nova luz do fora que reclama a multiplicidade que atravessa os corpos, os devires coletivos, de grupo, de tribo – alcatéias ou manadas – que constituem nas relações os estilos de vida e os modos de pensamento correspondentes. E nosso lugar, nosso estranho lugar ante tais tremores recônditos está em apreender e fomentar outras sensibilidades, tanto no modo de uma violência crítica ao que tenta nos submeter e nos paralisar, quanto no exercício de uma poética do cotidiano.” (p. 79)<sup>76</sup>

Sugere-se, assim, que a abertura para estas novas sensibilidades poéticas passa pelo exercício de suportar o indizível, resistir em não enquadrar as relações nos moldes já dados – e tão disponíveis na nossa sociedade. Sugere-se, sobretudo, que esta tomada de decisão, assim como todas as outras que orientam as posturas que assumimos em nossas trajetórias subjetivas, constitui-se de um ato político.

---

<sup>74</sup> BENEVIDES, PASSOS e RAUTER, *ibidem* ARAÚJO.

<sup>75</sup> ARAÚJO, conforme op. citado.

<sup>76</sup> *Idem*.

## 5. O ACONTECIMENTO COMO CLÍNICA

Partindo da noção de clínica como acontecimento - que se dá sob a orientação do paradigma estico-estético-político - pretende-se problematizar, aqui, a maneira como este acontecimento toma forma no território clínico. Compreende-se que os eixos ético, estético e político convergem no sentido da *poiésis* no contexto da Psicologia Clínica. Sendo assim, a clínica poderia vir a manifestar-se de forma aconcimental e o acontecimento, por sua vez, viria à tona em sua manifestação clínica. Justifica-se, assim, o paradigma do qual se parte como substrato para a perspectiva da clínica enquanto potência criativa.

A partir dos eixos propostos até então, pode-se esboçar um desenho da clínica que acontece nas dimensões da ética, da estética e da política. Propõe-se, então, da clínica que visa o devir, a afirmação da possibilidade de constituir novos tempos e espaços através da relação terapêutica. Neste sentido a *poiésis* é colocada como norte desta prática clínica.

“É esta linguagem que, ajudando a rachar a mera repetição de sentidos, pode inventar corpo e criar territórios de expressão para os estados inéditos que decorrem do impacto de experiências intensas. (...) Uma linguagem que é sempre outra, pois se insere na produção de devir, isto é de novos vetores de subjetivação e de posicionamento ontológico ao mesmo tempo ético, estético e político.

Tomo a dimensão ético/estética/política no mesmo sentido em que Rolnik enunciou, ou seja, por ético entendo o modo como nos colocamos à escuta das diferenças que esta linguagem vai encarnando, na afirmação do devir a partir dessas diferenças; por estético a criação de uma campo novo e não um domínio já dado, criação essa que ‘encara as marcas no corpo do pensamento, como uma obra de arte’, e por político estou entendendo o embate que aí se estabelece contra as forças do já instituído que tentam bloquear as ‘nascentes de devir’”<sup>77</sup>

Neste sentido, a possibilidade de criação (*poiésis*) coloca-se como resistência à lógica de captura do desejo, que visaria o enquadramento da produção de subjetividade segundo uma lógica pré-moldada, não inventiva.

---

<sup>77</sup> SOUZA, L. Linguagem, representação e alteridade. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, v. 2, n. 1 e 2. EDUC, 1994.

Sendo assim, “*um inconsciente maquínico muito diversificado, muito criativo, seria contrário à boa manutenção de relações de produção baseadas na exploração e na segregação*” (p.171)<sup>78</sup>. Isto é, a afirmativa da criação colocar-se-ia como oposição à lógica de controle tanto social, num sentido macropolítico, como subjetivo, sob uma ótica micropolítica. Neste sentido, a compreensão do inconsciente como *maquínico* é pertinente por trazer à luz a produção de subjetividade em consonância com os processos político-sociais, próprios ao contexto em que ela se faz.

“Maquínico porque não está essencialmente centrado na subjetividade humana, mas participa dos mais diversos fluxos de signos, fluxos sociais e fluxos materiais. (...) É porque o inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos meios de comunicação, pelos Equipamentos Coletivos, pelos especialistas de todo tipo, que não podemos mais nos contentar hoje em defini-lo simplesmente em termos de entidade intra-psíquica, como fazia Freud na época em que elaborou suas diferentes tópicas.” (p. 167)<sup>79</sup>

Portanto, a clínica à qual refere-se aqui deve pautar-se na noção de inconsciente acima citada, compreendendo a produção de subjetividade na contemporaneidade a partir dos vetores, também, sociais. O desejo, neste sentido, está muitas vezes capturado pelas máquinas do sistema capitalista de produção; logo, o sujeito com o qual se relaciona traz em si esta dimensão maquínica. Não se trata de uma influência externa ou interna, simplesmente; fala-se de uma mútua determinação.

A clínica pensada em função destes atravessamentos, pede uma intervenção que leve em conta tais embricamentos sociais, culturais e políticos, que culminarão, por fim, na produção de subjetividade da maneira como se dá hoje. Propõe-se, então, a prática clínica no sentido da afirmação da singularidade enquanto exercício criativo. Ou seja, o sujeito se constitui de maneira singular na medida em que inventa novas formas de relacionar-se com o território subjetivo em que se encontra.

---

<sup>78</sup> GUATTARI, F. O inconsciente maquínico e a revolução molecular. In: *Revolução molecular – pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>79</sup> Idem.

Desta maneira, a abertura para o devir se coloca como horizonte de poiésis na relação terapêutica. É a idéia de que a emergência de devires minoritários, imprevistos, impensados constitui a singularidade que deslinda-se na relação entre terapeuta e paciente. Para tanto, é preciso assumir-se uma postura ética que vise o devir como possibilidade de afirmação subjetiva. Ou seja, apropriar-se do campo clínico como zona de resistência à captura subjetiva pela lógica normatizante. Trata-se de defender a clínica como linha de fuga, como zona autônoma, que não se deixa sucumbir ao princípio do controle.

Neste sentido, a noção de devir usada por Deleuze e Guattari é definida como forma de subjetivação que visa a produção de diferença. Quer dizer, o devir traz aquilo que difere da lógica vigente, o minoritário, o diferente, o disruptivo. Assim, a definição de Souza (1994) para o termo é bastante pertinente:

“A noção de devir, não se restringindo à idéia de futuro – pois aí estaria contemplada a manutenção e reprodução do mesmo dentro de uma lógica estrita de causa e efeito – indica um campo virtual, aberto ao acaso e ao eventual, que se faz das diferenças que encarna; são bifurcações e novos vetores de existência, que, lidando com as demandas presentes, alteram a realidade e inventam novas formas de subjetividade.” (p. 84, Nota 3)<sup>80</sup>

## 5.1 TAZ<sup>81</sup>: um território possível para o devir

*“Eu sugiro que a TAZ é o único ‘lugar’ e ‘tempo’ possível para a arte acontecer pelo mero prazer do jogo criativo (...)” (p. 68)<sup>82</sup>*

Hakim Bey<sup>83</sup> propõe o conceito de Zona Autônoma Temporária enquanto território de liberdade, isto é, o produto de movimentos sociais, coletivos,

---

<sup>80</sup> SOUZA, conforme op. citado.

<sup>81</sup> Abreviação de Temporary Autonomous Zone (Zona Autônoma Temporária).

<sup>82</sup> BEY, H. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

políticos, que alcançariam uma realidade paralela, desgarrada da lógica que rege o sistema hegemônico.

Nos é pertinente a noção de TAZ para o presente diálogo, apreendida como lugar de afirmação do devir, que poderia emergir no contexto clínico a partir do fenômeno de criação. Sendo assim, a composição de um território que promove a possibilidade de devir é, necessariamente, a constituição de um *locus* que difere da lógica do controle subjetivo, orientada pelo paradigma da representação. É neste sentido que cabe a idéia proposta por Hakim Bey. O autor propõe a composição de territórios virtuais fundamentados em organizações piratas, no sentido do caráter nômade, provisório, paralelo das mesmas. Segundo ele, o uso dos artifícios da sociedade de controle – a saber, os instrumentos tecnológicos, meios de comunicação, midiáticos – poderia ser revertido a fim de minar o próprio sistema, constituindo-se como uma rede de linhas de fuga fugazes e atuais.

“A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e em outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la.” (p. 17)<sup>84</sup>

O pensamento desenvolvido por Hakim Bey se faz pertinente para um diálogo com a clínica, no sentido em que propõe abrir uma clareira na relação, criar outro tempo e espaço naquele instante do encontro – no caso, terapêutico. Transpondo a idéia de Zona Autônoma Temporária para o contexto clínico, pode-se dizer da TAZ como um território tempo-espacial em que os devires têm lugar, onde se manifestam.

É preciso destacar, no pensamento de Bey, a noção de fugacidade intrínseca a idéia de TAZ. Tendo em vista o caráter instituinte deste território criativo, sua contrapartida é a provisoriedade. Ou seja, a TAZ só existe enquanto é força instituinte; na medida em que se institui, automaticamente, desaparece. *“Assim que a TAZ é nomeada (representada, mediada) ela deve*

---

<sup>83</sup> Hakim Bey é neo-anarquista contemporâneo, tendo suas publicações concentradas, predominantemente, na dec. 90. O nome referido é um pseudônimo usado pelo autor, tem sua identidade oculta. Sua obra é baseada, fundamentalmente em Bakunin, Espinoza, Deleuze e Nietzsche.

<sup>84</sup> BEY, conforme op. citado.

*desaparecer, ela vai desaparecer, deixando para trás um invólucro vazio, e brotará novamente em outro lugar.” (p. 18)<sup>85</sup>*

Pode-se dizer da emergência de TAZs no contexto clínico nos momentos em que a criação, efetivamente, acontece. Assim, fala-se de momentos singulares, presentes, atuais. Diferentemente de um *lócus* cristalizado ou instituído, TAZ é sinônimo de constante atualização. A pertinência deste termo para compor a noção de clínica apresentada se coloca na potência que se confere ao sujeito enquanto ativo. Isto é, o indivíduo que cria esta novidade estaria em posição de sujeito ativo; ou melhor: a relação na qual emerge esta criação estaria na condição de inventiva, portanto, ativa. Nas palavras de Bey (2004): *“o nomadismo psíquico como uma tática, aquilo que Deleuze e Guattari metaforicamente chamam de ‘máquina de guerra’, muda o paradoxo de um modo passivo para um modo ativo e talvez até violento.” (p. 28)<sup>86</sup>*

Diz, assim, de nômade no sentido daquilo que não tem permanência, do sujeito que está em constante construção, da transformação, da criação que se processa no presente reinventado. O sujeito que cria é um ser ativo consigo e com o mundo. A relação que é criativa é, também, ativa e potente.

Portanto, dizer desta posição ativa que tem reverberação em seu entorno, que produz diferença, é dizer, também, da dimensão coletiva que a TAZ alcança. Segundo Bey (2004), *“a idéia não é mudar a consciência, mas mudar o mundo” (p. 16)<sup>87</sup>*. Pode-se entender tal afirmação a partir na noção de que a mudança não se restringe aos ecos internos que ressoam no indivíduo, em seu processo terapêutico particular. É a idéia de que a diferença que se processa no sujeito ressoa na sociedade, tem, portanto, um caráter coletivo.

Em um termo apontado por Deleuze e Guattari (1997) como *“pop’analyse”<sup>88</sup>* aparece a mesma idéia de uma clínica que deve atravessar o – e ser atravessada pelo – povo. Ser popular no sentido de ser coletiva, de estar no mundo, na rua, não exclusivamente presa ao *setting* tradicional do consultório. Fala-se, então, da clínica nômade, caminhante, peripatética.

---

<sup>85</sup> BEY, conforme op. citado.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Este conceito aparece na introdução do volume 1, na coleção *Mil Platôs*, conforme op. citado.

“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaço-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos (...). É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo.” (p. 218)<sup>89</sup>

## 5.2 A clínica peripatética

Toma-se, aqui, o termo “*clínica peripatética*” como fez uso Antonio Lancetti (2006)<sup>90</sup>, definindo-a como: “*conversações e pensamentos que ocorrem durante um passeio, caminhando – peripatetismo – são uma ferramenta para entender uma série de experiências clínicas realizadas fora do consultório, em movimento.*” (P. 19)<sup>91</sup>

Sendo assim, estende-se esta noção à idéia de clínica ambulante, caminhante, errante, mambembe... Enfim, à perspectiva de uma clínica que carrega o vetor nômade, compreendido a partir sua potência *poiética*. Em outras palavras, entende-se que a possibilidade de se fazer ao caminhar, confere à esta clínica a vivacidade de reinventar-se constantemente, estar sempre movimento, em transformação.

Em consonância com Lancetti, sugere-se que é, justamente, nesta perspectiva de constante movimento que reside a potência terapêutica. Sob esta ótica, a possibilidade de inovação revestiria a prática peripatética de uma potencialidade particularmente interessante. Nas palavras de Lancetti (2006): “*todas essas práticas têm a marca da ousadia, da invenção e de uma potência de transformação francamente terapêutica.*” (P. 23)<sup>92</sup>

Tal potencialidade, enfim, toma corpo em práticas diversas, algumas já elencadas por Lancetti, ao passo que outras podem estar correndo ao nosso lado, sem que tenhamos experimentado a possibilidade de reparar nelas. Diz-se, portanto, da *poiésis* encarnada no trabalho dos Acompanhantes

---

<sup>89</sup> DELEUZE, ibidem ARAÚJO.

<sup>90</sup> LANCETTI, A. *Clínica Peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> LANCETTI, conforme op. citado.

Terapêuticos, por exemplo; exercida pelas equipes do Programa de Saúde da Família; concretizada pelas conquistas da Luta Antimanicomial ou vividas em incontáveis outras experiências terapêuticas que transbordam dos consultórios e ganham as ruas. Sob esta perspectiva, independentemente de onde a clínica se efetiva, sua potência está em ser *“um conector, alguém que articula com o fora e que na avaliação passo a passo, procura planos de consistência.”* (p. 120)<sup>93</sup>

### 5.3 O princípio de cartografia

Tendo em vista a perspectiva da produção de subjetividade, que se faz ao percorrer caminhos por entre os meandros da multiplicidade, que se concretiza em diagramas de força fugazes e, desta maneira, vai deslindando singularidades, apresenta-se o princípio de cartografia como possibilidade de acompanhar estes movimentos.

Partindo do conceito proposto por Deleuze e Guattari<sup>94</sup>, Lancetti (2006)<sup>95</sup>, bem como Kastrup e Benevides<sup>96</sup> desenvolvem a idéia de cartografia enquanto acompanhamento dos movimentos subjetivos acima descritos. A apropriação de tal conceito apoia-se na noção de que este termo daria conta de designar o movimento ativo de percorrer, ao lado do sujeito, suas veredas subjetivas.

Levando em conta que a produção de subjetividade dar-se-ia em termos de movimento, transformação e processualidade, o papel do terapeuta seria o de acompanhar este processo em curso<sup>97</sup>. Ainda, assumindo-se os atravessamentos coletivos, culturais, políticos e sociais, seria ofício do cartógrafo acompanhar as paisagens desenhadas pelos motores psico-sociais. Neste sentido, seria possível distinguir tal papel da figura do fotógrafo, que estaria limitado a cristalizar alguns instantes deste movimento. O trabalho do

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> O conceito de cartografia permeia diversos momentos da obra de Deleuze e Guattari, sendo impossível pontuar uma referência exclusiva.

<sup>95</sup> LANCETTI, conforme op. citado.

<sup>96</sup> BENEVIDES, R.; KASTRUP, V. *Movimento-funções do dispositivo na prática da cartografia*. Inédito até o momento.

<sup>97</sup> BENEVIDES e KASTRUP, conforme op. citado.



cartógrafo seria, justamente, fazer o desenho correspondente ao movimento de produção da subjetividade – orientada por vetores psico-sociais<sup>98</sup>.

“Os mapas ao contrário, se superpõem de tal maneira que cada um encontra no seguinte um remanejamento, em vez de encontrar nos precedentes uma origem: de um mapa a outro, não se trata da busca de uma origem, mas de uma avaliação dos *deslocamentos*. (...) não é só uma inversão de sentido, mas uma diferença de natureza: o inconsciente já não lida com pessoas e objetos, mas com trajetos e devires (...)”<sup>99</sup>

Entendendo este movimento como em constante dinamização, compreende-se também a produção de subjetividade em eterna construção. Isto é, não se trata de um sujeito acabado, definido, encerrado numa identidade fotografada. Fala-se, então, do sujeito em construção, inacabado, construindo-se na relação com o fora, através de seus percursos.

Portanto, caberia ao terapeuta o papel de arriscar-se a percorrer os meandros desta subjetividade inventiva, tendo como norte a noção de inacabamento. Assim, como o movimento subjetivo seria animado pela condição de transformação, o lugar do terapeuta deveria acompanhar este ritmo, sendo, necessariamente, atualizado conforme a paisagem subjetiva com que se depara.

Neste caso vale dizer que, ao contrário do que possa parecer, o papel conferido aqui ao terapeuta, não corresponde a uma posição passiva, de exclusivamente seguir o paciente em seu caminho individual. É preciso destacar que o papel do terapeuta-cartógrafo é, sim, fundamentalmente interventivo, sua postura é, necessariamente, ativa. O cartógrafo, neste sentido, não só acompanha conexões, como integra e produz outras. Reitera-se, assim, que se refere à relações, compostas em forma de diagramas tridimensionais; em diferenciação a vetores apontados para uma única direção.

Por fim, percebe-se que, compreender a dinâmica da produção de subjetividade tal como se apresentou aqui, implica em vislumbrar a perspectiva

---

<sup>98</sup> COELHO, E. Mesa-redonda integrante do 16º ENCONTRO DE SERVIÇOS-ESCOLA DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Outubro, 2008.

<sup>99</sup> BENEVIDES e KASTRUP, conforme op. citado

de desterritorialização<sup>100</sup> como norte do trabalho. Para tanto, evoca-se a necessidade proeminente de despedir-se do conhecido, do enraizado e encarar o risco que novo propõe. Percorrer tal caminho dependeria, ainda, de não se ressentir pela perda deste *locus* “familiar”, não conservar a perspectiva que se detinha até então. Ou seja, não buscar a recuperação, o reestabelecimento ou a manutenção do que se podia controlar, daquilo que já estava conquistado.

Sob a perspectiva de Nietzsche, o ressentimento estaria ligado às paixões, como formas não ativas de se relacionar com o mundo. Ou seja, o ressentido estaria preso às paixões, numa posição não ativa, não potente. Desta maneira, recusar-se-ia a encarar a problemática da finitude, buscando conservar a noção de eternidade, a fim de manter o *status quo*. Neste sentido, pode-se dizer que o ressentimento está em oposição à vontade de potência, então postura afirmativa.<sup>101</sup>

Assim, o ressentimento seria a sensação provocada pela nostalgia deste tempo-espaco conhecido, que, por fim, colocaria o sujeito em condição de passividade, ao estar preso a este território ilusoriamente possuído. Encontra-se aí a despotencialidade do ressentimento, seu caráter aprisionador, que faria escoar a potência ativa, afirmativa.

Certamente, não se trata de abrir mão de todo e qualquer território alcançado, mas sim de ter em vista o horizonte de re-invenção subjetiva. Assim, retorna-se ao devir, como visada fundamental do fomento à *poiésis* na clínica. É preciso caminhar, conquistar territórios para poder desgarra-se deles; conhece-los, explorá-los para, então, poder deles despedir-se. Sem ressentimentos.

---

<sup>100</sup> Brevemente, apresenta-se o termo empregado por Deleuze e Guattari, que denota a desestabilização de uma estrutura instituída. Desterritorializar significa deixar o território instituído, cristalizado e lançar ao devir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito pelo presente trabalho propôs-se a conduzir o leitor a uma trajetória, em certa medida, semelhante à que se percorre num processo terapêutico. Diz-se isso na medida em foi necessário abrir mão de algumas concepções pré-moldadas e lançar-se num campo de devir, potente de possibilidades desconhecidas. Esbarramos na arte, na poética, na filosofia e, ao fim, lhe pedimos para que se livrassem do ressentimento.

Analogamente, quantas vezes, num processo terapêutico se faz necessário desconstruir verdades sedimentadas? Tangenciar campos de discursos diversos, da cultura, da arte? E, ao fim, desgarrar-se do desejo de controle, abrir mão do familiar, do conhecido, deixar ir?

É este o pedido da poiésis: poder inaugurar a novidade. Cabe a nós, por tanto, abrir espaço para que ela se faça visível. Assumir a clínica sob a perspectiva ética-estética-política, compreendendo-a enquanto um acontecimento em si, configura uma possibilidade de abertura para o devir que ela convoca.

Neste sentido, as propostas de um fazer e pensar clinicamente, que levariam em conta as dimensões da ética, da estética e da política a fim de alcançar o campo do devir, estariam, necessariamente, assumindo o risco de entrar em contato com o novo. A criatividade, por tanto, teria em seu bojo a potência e o risco de fundar a novidade, implicando, então, na despedida do conhecido/controlado.

*“Um acontecimento é, de início, uma ruptura com a trama das representações, das rotinas, em outras palavras, de início o acontecimento é uma quebra dos dispositivos de construção e manutenção do tecido da realidade.”*<sup>101</sup> É desta maneira que se justifica o pedido à abertura para o devir, o poder surpreender-se com o inusitado - a epifania que Clarice Lispector convoca, o TAZ que se anuncia na superfície ou a cartografia que se desenha ao caminhar junto.

---

<sup>101</sup> Vale pontuar que o conceito de ressentimento tem inúmeros desdobramentos e aprofundamentos que não se propõe a desenvolver aqui. Por tanto, se faz uma breve exposição deste conceito, na medida em que é pertinente à pesquisa.

<sup>102</sup> FIGUEIREDO, ibidem SOUZA. Linguagem, Representação e Alteridade. In: *Cadernos de Subjetividade* vol. 2, n. 1 e 2. São Paulo: Educ, 1994.

*“Refere-se à passibilidade ao inesperado, ao surpreendente, ao im-possível, ao inacreditável.”<sup>103</sup>*

---

<sup>103</sup> Idem.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, M. *Pensamento e produção de subjetividade: problematizações entre a clínica e a política*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- BENEVIDES, R.; KASTRUP, V. *Movimento-funções do dispositivo na prática da cartografia*. Inédito até o momento.
- BEY, H. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- CALOMENI, T. Solidão e verbo: a palavra intempestiva e o tempo poético. In: *Cadernos Nietzsche*, n. 14, 2003.
- COELHO, E. Mesa-redonda integrante do 16º ENCONTRO DE SERVIÇOS-ESCOLA DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Outubro, 2008.
- CROMBERG, R. A exclusão no quiasma entre a obra literária e a psicanálise. In: *Revista Percurso*. São Paulo, n. 23, p. 168. 2º sem./1999.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: *Mil Platôs*, v. 1. São Paulo: Editora 34, 1997.
- GUATTARI, F. O inconsciente maquínico e a revolução molecular. In: *Revolução molecular – pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HEIDEGGER, M. Hölderlin y la esencia de la poesia in *Arte y Poesía*. Barcelona: Anthropos, 1994.
- HOUAISS dicionário *Houaiss* da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- KEHL, M. R. In: Entrevista à revista *Percurso*. São Paulo, n. 39, 2º sem./2007
- KON, N. Clarice Lispector: certas presenças permitem a transfiguração. In: *Revista Percurso*. São Paulo, n. 21. 2º sem./1998.
- LANCETTI, A. *Clínica Peripetética*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MELSOHN, I.; RODRIGUÉ, E. Debate *Transgressões Criativas*. FORMAS SIMBÓLICAS E TRABALHO ANALÍTICO. São Paulo, Instituto SEDES SAPIETIAE. 1996.
- NOVAES, A. Cenários. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- PELBART, P. P. Um desejo de Asas. In: *A Nau do Tempo Rei. Sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- RAJCHMAN, J. Lógica do sentido, ética do acontecimento. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 189-193. Hucitec, julho, 1993.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org., Editora 34, 2005.
- ROLNIK, S. Psicologia: subjetividade, ética e cultura. In: *SaúdeLoucura 6*. São Paulo: Hucitec, 1997
- SOUZA, L. Linguagem, representação e alteridade. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, v. 2, n. 1 e 2. EDUC, 1994.
- TÓTORA, S. (In)tolerância: vida poiésis e política. In: *A tolerância e o intempestivo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.